



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

ATA REUNIÃO ORDINÁRIA 03/2021

Bauru, 26 de março de 2021.

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e vinte e um, de forma on-line, conforme Decreto Municipal 14.737 de 23 de abril de 2020, pela plataforma GoogleMeet (<https://meet.google.com/sqg-houz-cvg>) reuniram-se os conselheiros: Dorival José Coral e Gilda Maria Scalfi Carvalho ambos da Semma; Aloisio Costa Sampaio e Gabrielly Rauch ambos da Unesp; Marcelo Makino - Emdurb; Carlos Alberto Ferreira Rino - DAE; Sirlei Sebastiana Polidoro Campos - da SME; Ana Elisa Moura Talon - Seplan; Renato Theodoro Delgado - CDRS; Maria Izabel Merino de Medeiros – Apta; José Ricardo Scarelli Carrijo – Instituto Vidágua; Simony Silva Coelho e Juliana Marinho Pinheiro – ambas da OAB; Ricardo Crepaldi - Abes; Henrique Ribeiro - Ascam; Adilson Elias de Oliveira Sartorello - Secovi; Gisele Moretti - Coopeco; Lorena Fagundes Montagnane - Instituto Fruto Urbano; José Paulo Braga Sampaio - Fundação Florestal; Beatriz Antoniassi e Rita Peruquetti - ambas da Unisagrado. Também estiveram presentes: Ana Cecília Pegoraro Dias Masson - Ite; Eduarda Resende Correa e Luciana Rodrigues Pereira - ambas da Lótus Jr.; Fernanda Cezario – Semma; Guilherme Coral - Ascam. Justificaram a ausência: Lourenço Magnoni Júnior - AGB; João Carlos Herrera - Assenag e Roldão Antonio Puci Neto - SMS. Foram tratados os seguintes assuntos: **1 – Ato Formal de Posse do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Comdema), Biênio 2021-2022; 2 - Esclarecimento sobre registro de presença, atualização dos contatos dos Conselheiros, assinatura das ATAs e criação do Whatsapp; 3 - Extrato e Uso do Fundo - Compra de 09 (nove) caçambas; 4 - Parecer da CTLegis sobre pedido de revogação das Resoluções Comdema nºs 02/2002 e 03/2002 solicitado pelo processo administrativo nº 62214/2014; 5 - Coleta seletiva feita pela Emdurb e falta de materiais recicláveis recebidos pelas cooperativas 6 - Informação sobre a concessão da Prefeitura na destinação do lixo em Bauru; 7 - Resolução Comdema nº 001/2021 para o Programa Município VerdeAzul; 8 - Composição das Câmaras Técnicas; 9 - Aproximação do Comdema com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Vereadores; 10 - Indenização a ser paga pelo município aos particulares proprietários da área conhecida como Floresta Urbana - Sra. Simony Coelho abriu a reunião às 09h02min (nove horas e dois minutos), agradecendo a presença da Prefeita de Bauru, Sra. Suéllen Rossim, dos demais membros do Conselho e explicando a importância de se fazer o ato formal de posse do Conselho para pontuação no Programa Município VerdeAzul, em seguida passou a palavra para a Sra. Prefeita. **1 – Ato Formal de Posse do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (COMDEMA), Biênio 2021-2022** - A Prefeita de Bauru, Sra. Suéllen Rossim, fez a leitura do Ato Formal de Posse do Comdema, e empossou os seguintes membros em sua diretoria para o Biênio 2021-2022 estendendo a posse a todos os Conselheiros: Presidente, a Sra. Simony Silva Coelho, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Vice-presidente, o Sr. José Ricardo Scarelli Carrijo, do Instituto Ambiental Vidágua; 1º Secretária, a Sra. Gilda Maria Scalfi Carvalho, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma); 2º Secretária, a**



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

Sra. Sirlei Sebastiana Polidoro Campos, da Secretaria Municipal de Educação (SME) e Coordenador Financeiro, o Sr. Renato Theodoro Delgado, da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS). A Sra. Prefeita se colocou à disposição do Conselho e reconheceu que há algumas questões ambientais que considera pendentes e importantes ao município, como o fim da construção da Estação de Tratamento de Esgoto e a questão dos resíduos sólidos, informando ao Conselho que o meio ambiente é uma de suas prioridades na sua gestão. O Sr. Ricardo Carrijo agradeceu a presença da Sra. Prefeita e a informou das dificuldades que o Conselho já enfrentou em questões de diálogo com o poder público municipal, e enfatizou a importância do Conselho e sua capacidade, por ser formado por pessoas com conhecimento técnico. Também aproveitou para apresentar à Sra. Prefeita problemas que atrapalham as atividades do Comdema: a falta de plataforma virtual da Semma, a qual fez com que fosse necessário o acesso, inclusive para a presente reunião, de plataforma emprestada por um escritório de advogados e; a necessidade de um servidor municipal para apoio e assessoria, já que aquele que assessorava o Conselho foi cedido à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda (Sedecon). A Sra. Fernanda Cezario tirou a foto oficial (*print* da reunião) do Ato de Posse e a Sra. Simony agradeceu a presença da Sra. Prefeita e a mediação do Sr. Secretário do Meio Ambiente, Dorival Coral, que a tornou possível.

3 - Extrato e Uso do Fundo - Compra de 09 (nove) caçambas - O Sr. Secretário do Meio Ambiente, Dorival Coral, em resposta a questionamento da Sra. Simony, lembrou que na reunião anterior, inclusive constando em ATA, foi solicitado à Secretaria de Finanças o detalhamento de todos os débitos já mostrados na última reunião, mas que não foi possível obter a resposta em tempo hábil para esta reunião em função do fechamento financeiro da Prefeitura em atendimento à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e por isso, se desculpou, embora tenha conseguido a informação de que nenhum dos débitos é relacionado à pandemia e sim ao que o Conselho havia imaginado: contratos e materiais em andamento. Ficou de conseguir as informações para serem repassadas aos Conselheiros através da Sra. Simony para a próxima reunião. O Sr. Dorival ainda informou que não houve pedido formal da Sra. Prefeita ou da Secretaria de Finanças para que o Conselho não use esses recursos, mas que existe a possibilidade de débitos futuros relacionados à pandemia pois, se o recurso não for usado, ele pode ser destinado a outras coisas conforme necessidade. O Sr. Renato Delgado pediu a palavra para sugerir o andamento do Plano Anual de Proteção e Preservação Ambiental (PAPPA) considerando haver possibilidade para a utilização deste recurso e, aumentando a porcentagem que ficaria no fundo de reserva, deixaria uma previsão maior nos valores da reserva, assim, o restante deste recurso seria distribuído conforme resoluções já definidas neste Conselho. Quanto ao PAPPA, o Sr. Ricardo Carrijo lembrou que no ano passado o recurso não foi utilizado devido à pandemia, embora houvessem projetos, que inclusive precisam avançar este ano. Lembrou que parte dos recursos são utilizados para ajudar a Prefeitura, mesmo que na compra de veículos ou equipamentos, mas que finalidades relacionadas ao meio ambiente precisam ser contempladas e por isso a importância de se abrir à comunidade a apresentação de projetos, tanto do ponto de vista institucional quanto para se criar uma cultura de participação, democratização do uso dos recursos. O Sr. Dorival retomou a palavra e lembrou que já havia comentado em reunião passada sobre a possibilidade do uso do fundo para a manutenção de caçambas. O Sr. Aloisio, então



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

questionou qual seria o volume de recursos disponível para os projetos do PAPP, o qual o Sr. Dorival informou que seria cerca de 2 (dois) milhões e 100 (cem) mil reais, lembrando que desse valor ele deve ao Conselho a explicação dos saques de julho de 2020 a janeiro de 2021, ainda não podendo esquecer que há um passivo já comprometido com ações do Comdema, como o contrato com a Ascam e a finalização da compra das caçambas e equipamentos, então estima que cerca de 1 (um) milhão já estejam comprometidos, mas depende ainda do extrato oficial da Secretaria de Finanças com o número exato, o que deixaria cerca de 1 (um) milhão e pouco para contemplar três linhas temáticas no PAPP: educação ambiental, recursos hídricos e flora urbana, lembrando que, como houve destinação de valor do FMMA para a Ascam, diante da necessidade de execução da parceria firmada com a Semma, para gestão dos Ecopontos na cidade, o tema sobre resíduos sólidos foi retirada do PAPP. Salientou a importância da destinação dos recursos após o levantamento do valor, pois ele pode sim acabar sendo solicitado pela Sra. Prefeita e Secretaria de Finanças para atendimento a demandas decorrentes da pandemia. O Sr. Aloisio sugeriu que na próxima reunião, após levantamento do valor, seja direcionado 50% (cinquenta por cento) dele para as três linhas temáticas mencionadas e que os outros 50% (cinquenta por cento) poderiam ser utilizados pela Semma em ações ambientais como recursos hídricos e assoreamento. O Sr. Renato salientou que já existe uma proporcionalidade na destinação deste recurso, questionou se está sendo seguindo corretamente, e lembrou que sua sugestão foi que a proporcionalidade do valor total disponível para os projetos diminuísse e, conseqüentemente aumentaria o valor retido no fundo de reserva, o que garantiria para a Prefeitura um possível resgate por conta do estado de calamidade. O Sr. Dorival disse que concorda com esse apontamento e respondeu que a proporcionalidade seria de 45% (quarenta e cinco por cento) da Semma e todos os recursos utilizados até agora foram desses quarenta e cinco por cento. Apresentou uma tabela com os valores - dentro desses 45% (quarenta e cinco por cento) - utilizados em 2019 antes do contrato da Ascam e com base em estimativas, comparando os valores gastos com as estimativas então feitas e a não compra das caçambas naquele momento. Com isso, solicitou a análise do Conselho quanto à compra das 09 (nove) caçambas restantes, cujo valor atualizado a ser utilizado do Fundo é de R\$ 98.250,00 (noventa e oito mil e duzentos e cinquenta reais). Aproveitou para informar que será implementado no município mais 02 (dois) ecopontos e que apenas um caminhão *roll on off* não dará conta do volume de resíduos gerados. Para isso, será adaptado um caminhão doado pela Receita Federal, cujo valor estimado junto à empresa Mirassol Implementos foi de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais). Então, solicitou a discussão sobre a liberação do valor total de recursos do Fundo Municipal de R\$ 195.250,00 (cento e noventa e cinco mil e duzentos e cinquenta reais). Em resposta à Sra. Simony, o Sr. Dorival explicou que as caçambas e caminhões serão usados em diversas ações no município como retirar rejeitos em cooperativas, recolher volumosos em pontos viciados em descarte irregular, resíduos de construção civil, entre outros, o que ajudará bastante, já que não há 01 (um) mês que algum caminhão não quebre, mas que é impossível dizer se a demanda aumentará. A Sra. Gisele aproveitou para explicar que a pouca estrutura dos ecopontos é insuficiente para a demanda, que o ideal seria ao menos mais 02 (dois) caminhões. O Sr. Ricardo Carrijo reiterou que se cria o Fundo para uma finalidade e se usa para compra de viaturas e equipamentos sem diversificar a aplicação



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

dos recursos, então é preciso ter diversidade nessa aplicação, inclusive para favorecer arborização e recursos hídricos, pois é fato que nunca haverá recurso para tudo. Colocado em votação, foi aprovada liberação do valor R\$ 195.250,00 (cento e noventa e cinco mil e duzentos e cinquenta reais) para aquisição das caçambas e adaptação do caminhão doado pela Receita Federal, em favor da Semma pela unanimidade dos Conselheiros presentes. Em sequência a pauta de nº 05 (cinco) foi adiantada por solicitação da Sra. Gisele. **5 - Coleta seletiva feita pela EMDURB e falta de materiais recicláveis recebidos pelas cooperativas** - A Sra. Simony apresentou a matéria publicada na mídia que informa que os caminhões quebrados da EMDURB fazem com que os cooperados da ASCAM não tenham material suficiente para trabalhar, como a pauta foi incluída por solicitação da Sra. Gisele, passou a palavra a ela para que explicasse. Ela contou que as 04 (quatro) cooperativas estão sem trabalhar por falta de material e que as coletas seletivas não estão sendo feitas por vários os fatores: o sistema de contratos, que o mesmo caminhão que carrega 300kg (trezentos quilos), carrega 1.300kg (mil e trezentos quilos), que isso foi comprovado com balança e foto, concorrendo com a Emdurb e com atravessador; a Emdurb anda com 04 (quatro) coletores no caminhão para trazer 170kg (cento e setenta quilos) de resíduos, que tem cooperado que conseguiu trabalhar apenas 06 (seis) dias no mês e que tudo isso já foi conversado com Dorival, Secretário do Meio Ambiente. Por estar preocupada com os cooperados, solicita ajuda aos demais Conselheiros para encontrar uma solução. Sr. Dorival informou que explicou a situação à Sra. Prefeita, Suéllen Rossim, em reunião, falando da necessidade das cooperativas saírem por aí e competirem com outros atravessadores e de que a Emdurb faça uma autoavaliação de sua situação. A Sra. Gilda disse que avalia que a situação atual é muito boa entre Semma e Comdema, pois o ideal é que caminhem juntos se complementando, e pode ser possível com uma visão integrada da situação. Quanto à situação apresentada, o Sr. Marcelo, representante da Emdurb, relatou que a empresa passa por um problema estrutural e financeiro que já vem de muitos anos e que a Emdurb depende da produção de seus contratos para conseguir receber. Acrescentou que desde o começo da pandemia todos os servidores de faixa de risco por idade ou comorbidades estão afastados, o que contribuiu para a queda na arrecadação, que foi de aproximadamente mais de 2 (dois) milhões por mês. Assim, a Emdurb priorizou como principais problemas as despesas com pessoal e fornecedores, o não recebimento e realização de mais serviços e a quebra de equipamentos que não podem ser consertados. O Sr. Aloisio salientou que esta discussão está relacionada a outro item da pauta, a questão da Concessão referente às Coletas Regulares e Seletiva que hoje é realizada pela Emdurb, mas que já foi debatido no Conselho com inclusão em ATA, a importância técnica de incluir a coleta regular para o futuro concessionário, inclusive devido à situação apresentada pelo Sr. Marcelo. Destacou a necessidade da Emdurb passar por um processo de saneamento financeiro, que já deveria ter ocorrido em gestões passadas, o que naturalmente passa por uma redução do quadro de funcionários focando naquilo que seja prioritário. Assim, entende que as coletas seletivas deveriam ser direcionadas à concessionária, que teria toda a estrutura ideal para isso e que no edital deveria constar que esse serviço será prestado em parceria permanente com a Ascam porque envolve educação ambiental e ecopontos, porque é uma questão de sustentabilidade, mas econômica também. Salientou ainda, o fato de as audiências públicas estarem acontecendo sem a ciência/convite a diversas



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

entidades, que só ficam sabendo no dia e pela imprensa. O Sr. Renato solicitou a palavra e perguntou à Sra. Gisele qual seria o problema da ineficiência, seria da mão de obra da Emdurb, de logística, um eventual desvio de conduta de funcionário e se tem alguma ideia de como melhorar a situação. O Sr. Guilherme, então informou que a Sra. Gisele precisou se retirar e, em resposta ao questionamento, disse que acredita que além da situação da pouca quantidade recolhida pela Emdurb acredita que o problema vem da quantidade de atravessadores que aumentou muito, da falta de educação ambiental das pessoas que não fazem a separação e até do desânimo das que fazem, mas veem que seu material não foi recolhido e que acabou junto ao orgânico e assim, acabam deixando de separar os recicláveis. Ou seja, o problema tem origem em um conjunto de fatores. A Sra. Simony propôs a realização de reunião específica para se discutir todos esses fatores, inclusive com a inclusão dos agentes e atores diretamente envolvidos; em seguida passou a palavra ao Sr. Aloisio, o qual sugeriu à Ascam, por estar diretamente envolvida com o problema, que faça o levantamento de possíveis melhorias em que o Comdema possa colaborar com sugestões e alternativas, e que seja realizada uma reunião da Câmara Técnica de Resíduos Sólidos e trazer algo mais formatado ao Comdema. A sugestão foi acatada pelo Sr. Guilherme que aproveitou para informar que já estão fazendo o levantamento do potencial de material que cada setor tem, que farão um processo de educação ambiental e em seguida a comparação entre o antes e o depois desse cenário. A Sra. Lorena acrescentou que há a necessidade da participação da Sebes na discussão, pois esta é uma discussão social, não só ambiental e organizacional, e que o problema precisa ser resolvido de forma ampla em todos os aspectos. Foi colocada em votação a proposta de discussão na CT, em questão ambiental e social, após levantamento de sugestões feita pela Ascam, sugestão aprovada pela unanimidade dos Conselheiros presentes. **4 - Parecer da CTLegis sobre pedido de revogação das Resoluções COMDEMA nºs 02/2002 e 03/2002 solicitado pelo processo administrativo nº 62214/2014** - A Sra. Simony explicou que o processo nº 62214/2014 é complexo, vem desde a gestão municipal anterior, já discutido em reunião do Conselho, e que trata de áreas doadas à Prefeitura para regularização de lotes que foram sobrepostos a outros cuja propriedade era da União. Para essa regularização, foi assinado um TAC pela Prefeitura dando o encargo ao poder público municipal da construção das vias de circulação e parques lineares, com previsão de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a partir de junho desse ano - 2021 (dois mil e vinte e um). Foi solicitada a revogação das resoluções do Comdema - por estarem em desacordo com o Código Florestal e por isso inviabilizariam a execução dos projetos das vias de circulação, mas o Conselho não conseguiu responder porque não consta no processo o projeto das vias de circulação, o que impediu a identificação do local em que será a construção. Em seguida, foi realizada reunião com Seplan e a Semma, que esclareceram que o projeto é o loteamento "Vila do Cerrado"; a CTLegis se reuniu novamente e emitiu parecer, cujo resumo foi lido e apresentado pela Sra. Simony, no sentido de que o Código Florestal pode ser aplicado sem a revogação das resoluções porque ele é Lei Ordinária e tem força maior que Resolução. Além disso, a construção de vias é utilidade pública e, portanto, se aplica o Código Florestal sob a observância de licenciamento ambiental, inclusive com compensação que será determinada no momento do licenciamento. Lembrando do prazo para início da cobrança de multa, a CTLegis posicionou-se no entendimento de que não vislumbra necessidade de



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

revogação ou adequação das Resoluções nº 002/2002 e 003/2002 pois elas não implicam a inviabilização de projetos de vias de circulação. Colocado em votação, o parecer foi aprovado por todos os Conselheiros presentes. **6 - Informação sobre a concessão da Prefeitura na destinação do lixo em Bauru** - Sra. Simony abriu a discussão concordando com a afirmativa do Sr. Aloisio na discussão do item 05, quando disse que os dois itens estão ligados e que importa fazer a observação quanto à intenção de oficiar os órgãos respectivos para que o Conselho se inteire sobre o que está acontecendo. O Sr. Ricardo concordou com o apontamento e lembrou que o grande desafio é o passivo trabalhista da Emdurb que precisa ser discutido da melhor maneira possível, inclusive seu impacto no investimento, que o projeto foi retirado da Câmara, voltou à discussão e precisa ser acompanhado pelo Comdema. Quanto a isso, a Sra. Simony salientou que o item deve ficar sempre na pauta porque precisa ser discutido com frequência. Sem mais considerações, a discussão foi encerrada. **7 - Resolução Comdema nº 001/2021 para o Programa Município VerdeAzul** - A Sra. Simony passou a palavra à Sra. Gilda para a explicação sobre o que é o programa. Ela esclareceu que Bauru faz parte do PMVA desde 2009 (dois mil e nove), hoje junto com outros 645 (seiscentos e quarenta e cinco) municípios, e que o Programa estimula e auxilia as Prefeituras na realização de políticas públicas através de 10 (dez) diretivas para o Desenvolvimento Sustentável em diversas áreas, como resíduos, água, solo e educação ambiental. O interlocutor e suplente fazem a mediação entre o município e o Estado, mas que há a necessidade de colaboração de todas as Secretarias Municipais e do Comdema, pois o Programa é bastante extenso. Um dos requisitos é que o Comdema precisa fazer resoluções sobre meio ambiente para a Semma e que esse ano são necessárias 02 (duas) resoluções, e por isso trouxe uma proposta de resolução ligada à necessidade de auxílio pelas outras secretarias. O Sr. Dorival complementou a explicação afirmando que este ano a Semma está trabalhando para aumentar o ranking de Bauru, até porque todos os passivos ambientais irão computar para jogar a pontuação para baixo, portanto tudo que for feito é fundamental e que a Sra. Prefeita assinou a criação de uma brigada de incêndio municipal, outro item que contará pontos. A Sra. Gilda aproveitou para acrescentar a informação de que esse ano Bauru pode não ser certificada por causa desses passivos que não contaram nos 02 (dois) anos anteriores e que nesse sentido há legislações que Bauru não tem e por isso é importante o apoio do Comdema na sua elaboração e minimizar o impacto dos passivos no PMVA. Em seguida, a Sra. Simony apresentou a Resolução COMDEMA nº 001/2021, que dispõe sobre a criação de uma comissão de apoio na Qualificação/Certificação do Programa Municipal VerdeAzul - PMVA - do Governo do Estado de São Paulo, visando auxiliar Interlocutor e Suplente do município de Bauru no PMVA. Lido o documento, a Sra. Gilda explicou o processo de indicação dos membros para a comissão e sua nomeação por meio de Decreto da Sra. Prefeita com posterior publicação no Diário Oficial. Colocada em votação, a Resolução Comdema nº 001/2021 foi aprovada por todos os Conselheiros presentes. **8 - Composição das Câmaras Técnicas** - A Sra. Simony explicou que a diretoria do Conselho levantou que as Câmaras Técnicas estão defasadas e que com novos Conselheiros a ideia é fazer nova composição para as Câmaras Técnicas de Educação Ambiental, de Resíduos Sólidos, de Legislação e de Arborização e Recursos Naturais. Falou sobre a importância do apoio técnico para o andamento dos processos e discussões no Comdema, inclusive com participação de pessoas que não são membros do



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

Conselho, posicionamento que foi reforçado pelo Sr. Ricardo. Por fim, a Sra. Simony disse que foi decidido que cada membro da diretoria irá participar de uma CT e solicitou aos Conselheiros que se manifestassem quanto ao interesse em participar. O Sr. Ricardo fez a leitura das listas dos membros atuais de cada CT, e os demais Conselheiros se manifestaram de participar da seguinte maneira: Srs. e Sras. Renato Delgado, Adilson Sartorello, Maria Izabel Medeiros e Simony Coelho, CT de Legislação; Sr. Aloisio Sampaio, CT de Resíduos Sólidos; Sra. Ana Elisa Talon, CT de Arborização; Rita Peruquetti, CT Educação Ambiental. Enquanto os Conselheiros se manifestavam no chat da reunião online, a Sra. Simony aproveitou para explicar o motivo de ter pulado o item 02 da pauta. Gilda destacou que a formalização das CTs pode vir a ser mais uma resolução Comdema. - **2 - Esclarecimento sobre registro de presença, atualização dos contatos dos Conselheiros, assinatura das ATAs e criação do Whatsapp.** Foi decidido em reunião da diretoria a necessidade de se atualizar os contatos - nome completo, instituição, email e telefone - pela urgência de algumas comunicações e necessidade de se manter os conselheiros atualizados sobre tudo o que acontece, considerando o fato de que a reunião é realizada apenas uma vez ao mês e muitos emails enviados retornam. Acrescentou que a assinatura das ATAs de forma online tem demorado, inclusive pelo fator do email já mencionado. Ficou combinado a criação de um grupo no Whatsapp que servirá apenas para envio de informações pela diretoria. O Sr. Aloisio sugeriu que seja feito um convite à Asten para participar da CTLegis e a Sra. Simony completou que seria interessante fazer um convite formal de participação a todas as entidades cujo trabalho seja afim às temáticas de alguma CT, o que obteve a concordância do Sr. Renato que também salientou a importância da participação da Semma e/ou Prefeitura em determinadas CTs. O Sr. Dorival então, informou que a Semma irá indicar representantes para cada uma das CTs. A Sra. Simony ficou de oficiar as entidades com e sem cadeira no Conselho conforme discutido e o Sr. Aloisio lembrou da importância de convidar também as Universidades e demais entidades e representantes do meio acadêmico. Quanto às atas paradas, a Sra. Simony ficou de continuar rodando a assinatura virtual e solicitou a devolução no prazo de 02 dias. Também combinou a possibilidade de assinatura presencial com a Sra. Gilda como responsável no Horto Florestal. Assim, decidiu-se que as atas serão enviadas para assinatura digital com prazo de 02 (dois) dias para cada conselheiro retorna-las assinadas. Não havendo retorno no prazo estipulado, ela seguirá para assinatura pelos outros conselheiros. Caberá àqueles que não assinaram virtualmente, dirigirem-se até o Horto Florestal para assinatura presencial. **9 - Aproximação do Comdema com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Vereadores** - A Sra. Simony mencionou que foram várias as vezes que o Conselho foi surpreendido com Decretos, Resoluções e Leis vindos sem participação prévia do Comdema e por isso a ideia é ficar mais próximo do Legislativo e em seguida passou a palavra ao Sr. Ricardo Carrijo. O Conselheiro explicou que a Comissão de Meio Ambiente na Câmara é formada pelos vereadores Borgo, Berriel e Carlinhos do PS e que o Conselho passará a acompanhar a Comissão de perto, inclusive tentando trazer esses representantes para perto do Conselho também. Acrescentou que o objetivo é permitir que a Câmara saiba o que acontece no Comdema para que não seja mais visto como um órgão sem finalidade, como já foi ouvido, e assim valorizar tanto o Comdema quanto a Câmara. **10 - Indenização a ser paga pelo município aos particulares proprietários da área conhecida como Floresta Urbana** - A Sra. Simony explicou que o



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

objetivo deste item na pauta não é discuti-lo agora, mas apenas informar que o Conselho irá buscar informações atualizadas sobre essa situação, oficiando os órgãos envolvidos como a Secretaria de Negócios Jurídicos. O Sr. Ricardo Carrijo acrescentou que essa situação vem se arrastando já pelo terceiro governo e nesta semana houve uma notícia sobre a atualização dos valores e é importante o Comdema acompanhar isso de perto. **11 – Outros assuntos** - O Sr. Aloisio sugeriu para a próxima reunião a apresentação de dois TCCs que foram defendidos na Unesp, um em parceria com Coopeco e Ascam sobre o aumento do recolhimento de recicláveis secos nos ecopontos, e o outro que teve participação da FetVer sobre monitoramento qualidade química e biológica da água em vários pontos do Rio Bauru. O Sr. Renato pediu a palavra para fazer um comentário sobre a Audiência Pública que tratou do abastecimento de água na região noroeste de Bauru. Elogiou os esclarecimentos feitos na explanação da Sra. Flávia, Presidente do DAE, que colocou às claras questões sobre quantidades de habitantes por região e capacidade de vazão, entre outros. Com relação a região oeste, região do Batalha, foi informado não ser viável perfurar poços e com isso, essa região fica sem segurança de no abastecimento de água, por ser dependente exclusivamente do Rio Batalha, sendo que esta região tem o agravante potencial de crescimento populacional. Perguntou se ainda haverá parcelamento nessa região mesmo sem haver segurança no abastecimento e disse estar certo que na seca haverá problemas com a falta de água. A Sra. Maria Izabel disse que todos os empreendimentos passam pelo Conselho Municipal, do qual faz parte, e sempre há análise do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV nesses novos empreendimentos, e por isto sempre destacou a importância da parceria entre o Conselho Municipal e Comdema para verificar melhor as questões ambientais relacionadas aos projetos. Sr. Renato acrescentou que além do abastecimento há o problema de pressão da água porque a região é alta e acredita que mesmo consertando toda Bauru, essa região ainda vai ficar com problemas e solicitou uma discussão mais afinada sobre o assunto. O Sr. Aloisio disse que não participou da Audiência Pública mencionada, então não sabe se foi levantada a possibilidade de ampliação da reservação das águas do Rio Batalha, que já houve um debate na Assenag nesse sentido da possibilidade de se criar um reservatório aumentando a capacidade de reservação das águas durante o período das águas gerando maior segurança quanto ao abastecimento no período das secas, obviamente associado a desassoreamento, minimização de perdas ao longo das linhas e várias ações agregadas. Em sequência, sugeriu para a próxima reunião o convite a algum representante do DAE, mesmo o que faz parte do Comdema caso a Presidente não possa comparecer, para apresentar ao Conselho as ações de aumento de reservação do Rio Batalha. A Sra. Maria Izabel acrescentou que, na questão dos poços, existe uma legislação sobre uso dos aquíferos que diz que em até 1,5km (um quilômetro e meio) não se pode abrir um poço perto de outro, o que é inviável em algumas regiões. Com relação especificamente à região mencionada pelo Sr. Renato, Maria Izabel destaca que o DAE está pensando na questão dos reservatórios e que não há vazão suficiente para poços nesta região, dados repassados na reunião pela presidente do DAE Sra. Flávia. Maria Izabel acredita que ela irá atender ao convite do Comdema e que é importante que todos tenham acesso a sua apresentação efetuada na audiência pública supracitada. O Sr. Renato complementou que, embora seja importante o aumento da reservação, acredita que não seja suficiente para garantir



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

segurança no abastecimento e somente será garantido com água de poço que pode ser captada a qualquer momento, e também, a setorização do sistema distribuição, e com relação ao 1,5km (um quilômetro e meio) de distância dos poços, diz ter conhecimento dessa legislação, então pergunta novamente se nessa região oeste a população não deverá ser ampliada. O Sr. Renato argumentou que por isso precisa de uma ação conjunta, que concorda com quase tudo que o Sr. Berriel disse na audiência pública com relação ao sistema de distribuição de água ser oneroso e ineficiente no gasto de energia, e o mesmo, ainda defende a não utilização do Rio Batalha. Contudo Sr. Renato não concorda com a paralisação da captação do Rio Batalha, pois grande parte da reservação é oriunda de água pluvial e caso não seja utilizada na lagoa de captação, esta água disponibilizada pela natureza (chuva), não será aproveitada para o abastecimento público, e complementa dizendo que essa utilização é muito importante para despertar o interesse na preservação do Rio Batalha. E quando o Sr. Berriel disse que a utilização não é benéfica para o curso natural, o mesmo não deixa de ter razão e que a captação é um impacto grande sobre o Rio, mas como se trata de área com a necessidade no abastecimento público de água e a segurança no abastecimento para população é prioridade, serão necessárias ações conjuntas, pois quando não houver água suficiente na época seca, mesmo que ainda utilizar a captação do Rio Batalha (lagoa reservação), seria necessário suprir com o uso da água de um possível poço nesta região. O Sr. Ricardo comentou que participou de um Fórum organizado pela SOS Mata Atlântica do qual participou a Sra. Marina, responsável pelo Comitê do PCJ da Região de Campinas e Jundiaí. Disse que, de acordo com o trabalho apresentado por ela, eles estão anos luz à frente na questão de preservação naquela região e, sugeriu o convite para que ela apresente ao Comdema o trabalho de recuperação que eles têm feito no Rio Jundiaí e na região de Piracicaba, pois tudo que o Comdema quebra a cabeça para fazer, tem gente por aí que já está à frente. Ficou decidido o convite por ofício às sugestões apresentadas. A reunião foi encerrada às 11h46min (onze horas e quarenta e seis minutos). Eu, Talita C. Mota, lavrei a presente ata que, uma vez lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

SEMMA

UNISAGRADO

UNESP

EMDURB

SME

CDRS

APTA

SEPLAN

INSTITUTO VIDAGUA

OAB

ABES

FORUM PRÓ-BATALHA



CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Comdema)

SECOVI

FUNDAÇÃO FLORESTAL

COOPECO

FRUTO URBANO
